



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Aviso n.º 12252/2022

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de técnico superior.

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de Técnico Superior

Para os efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 (LTFP), de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se publico que na sequência da aprovação no procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de postos de trabalho na carreira/categoria de Superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142 de 23/07/2020, sob o n.º 10841/2020, e na Bolsa de Emprego Público com o Código de Oferta n.º OE202007/0616 e OE202007/0620, e com recurso à reserva de recrutamento constituída no respetivo procedimento concursal, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os candidatos aprovados nas respetivas listas unitárias de ordenação final dos procedimentos concursais, em causa, saber:

OE202007/0616

Maria Francisca Chaves Fernandes Neto Barroso — 13.º lugar, com efeitos a 16/05/2022;
Orquídea Manuel Gonçalves Manahú — 14.º lugar, com efeitos a 02/05/2022;

Durante o período experimental os citados trabalhadores são acompanhados por um júri, especialmente constituído para o efeito, a saber:

Presidente: Carlota Ferreira Brás César Teixeira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos;
Vogais Efetivos: Maria Isabel Gonçalves Araújo Aguiar Pereira, Dirigente Intermédia de 3.º grau, do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos, e Júlia Zélia Freitas Ribeiro, Diretora de Departamento de Atendimento Municipal e Inovação;

Vogais Suplentes: Rita Sandra Barros Ribeiro Lourenço, Chefe de Divisão Jurídica e António Albertino Martins Ferreira, Chefe de Divisão de Contabilidade.

OE202007/0620

Patrícia Carolina Vieira da Silva, 4.º lugar, com efeitos a 02/05/2022;
Ana Rita Teixeira Santos, 5.º lugar, com efeitos a 02/05/2022;

Durante o período experimental os citados trabalhadores são acompanhados por um júri, especialmente constituído para o efeito, a saber:

Presidente: Joana Filipa Ferreira da Costa Menezes, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social;

Vogais Efetivos: Carlota Ferreira Brás César Teixeira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos, e Júlia Zélia Freitas Ribeiro, Diretora de Departamento de Atendimento Municipal e Inovação;

Vogais Suplentes: Rita Sandra Barros Ribeiro Lourenço, Chefe de Divisão Jurídica e António Albertino Martins Ferreira, Chefe de Divisão de Contabilidade.

A celebração dos respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, está sujeita a um período experimental, de 180 dias, para os trabalhadores integrados na



carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o disposto no artigo 6.º do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009 (Acordo Coletivo de Carreiras Gerais), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro de 2009, conjugado com o Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 2 de março de 2010, correspondente ao tempo inicial de execução das funções do trabalhador.

Os trabalhadores supracitados ficaram posicionados na 2.ª posição remuneratória e 15.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 1215,93€.

30 de maio de 2022. — A Vereadora dos Recursos Humanos, *Dr.ª Ana Luísa Machado Gomes*.

315394304